



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE BOM LUGAR – MA

PROJETO DE LEI Nº 025/2025.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO E PATRIMÔNIO MUNICIPAL

I- RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei N.º 025/2025, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, que tem como finalidade instituir o Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio de 2026 a 2029.

O projeto foi encaminhado a esta Egrégia Casa Legislativa através do Ofício Nº 043/2025, acompanhado pela Mensagem nº 008/2025.

A Comissão de Orçamento e Finanças procedeu à análise do Projeto sob o prisma de sua legalidade, constitucionalidade e aderência às normas de finanças públicas vigentes.

II. ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO

A análise do Projeto de Lei N.º 025/2025 revela total aderência aos comandos legais e constitucionais que regem o planejamento e as finanças públicas no Brasil.

1. **Aspectos Constitucionais:** O projeto cumpre o requisito primordial imposto pelo §1º do art. 165 da Constituição Federal ao instituir o Plano Plurianual para o quadriênio 2026 a 2029.

O PPA é o principal instrumento de planejamento governamental de médio prazo, definindo, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital e programas de duração continuada.

O PPA proposto estrutura a atuação governamental em programas e ações, alinhados com eixos estratégicos, objetivos de governo e objetivos estratégicos definidos no planejamento municipal.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE BOM LUGAR – MA

Essa organização formal obedece ao mandamento constitucional de que a lei de iniciativa do Poder Executivo estabeleça o plano plurianual.

Destaca-se, ainda, que o Executivo Municipal incentivou a participação popular por meio de audiência pública para a discussão da proposta do PPA e das leis orçamentárias anuais. Esse incentivo à participação social reflete o princípio democrático e a busca pela transparência na gestão dos recursos públicos.

2. Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e Regras de Finanças Públicas

O Projeto de Lei apresenta mecanismos explícitos que visam assegurar a responsabilidade na gestão fiscal, em consonância com a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). O encaminhamento do Projeto já atesta sua elaboração em conformidade com a LRF.

A integração entre o PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) é um pilar da gestão fiscal responsável.

3. Em relação à gestão fiscal e à previsão de despesas - o projeto estabelece uma regra fundamental de responsabilidade: embora os valores globais previstos para os programas do PPA não sejam limites para o estabelecimento de dotações, se exige que esses valores e suas programações de gastos sejam adequados, na elaboração da proposta orçamentária anual, à previsão de receita, às metas e aos limites fiscais fixados para o respectivo exercício.

Com isso, garante-se que a execução do plano seja balizada pela realidade financeira e pelos limites fiscais estabelecidos, como os de endividamento e pessoal, atendendo diretamente aos princípios da LRF.

Além disso, em relação à transparência e eficiência, a gestão do PPA 2026-2029 observará os princípios da publicidade, eficiência, impessoalidade, economicidade e efetividade, devendo a Secretaria Municipal da Finanças manter um sistema integrado de informações para o apoio à gestão, e as informações sobre o PPA serão disponibilizadas no site oficial do Município de Bom Lugar, promovendo a transparência ativa, conforme exigido pelas normas de finanças públicas.

4. Destaque para o Planejamento de Políticas Públicas Integradas - A Comissão de Orçamento e Finanças destaca positivamente a inclusão de dispositivos relativos à Agenda Transversal, o que demonstra o foco da gestão em problemas complexos de políticas públicas que necessitam de uma abordagem multidimensional e



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE BOM LUGAR – MA

integrada.


III. CONCLUSÃO

Diante da análise técnica e legal, verifica-se que o Projeto de Lei N.º 025/2025 atende plenamente aos comandos constitucionais, e aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), destacando-se a correção da estrutura do PPA, ao vincular programas a objetivos estratégicos, estabelecer critérios de gestão baseados em eficiência e publicidade, e prever a adequação anual dos gastos aos limites fiscais, demonstrando um planejamento responsável e aderente às regras de finanças públicas.

Portanto, essa COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO PATRIMÔNIO MUNICIPAL emite PARECER FAVORÁVEL à aprovação do Projeto de Lei N.º 025/2025, que institui o Plano Plurianual do Município de Bom Lugar para o período de 2026 a 2029.

É o parecer.

Bom Lugar, 01 de dezembro de 2025.

Vereadora  AMANDA COSTA DE ANDRADE
RELATORA



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE BOM LUGAR – MA

RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO

PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO E PATRIMÔNIO MUNICIPAL

A COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO PATRIMÔNIO MUNICIPAL, opinou, unanimemente, de forma favorável à proposição legislativa, por estar em consonância com o comandos constitucionais, e aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), destacando-se a correção da estrutura do PPA, ao vincular programas a objetivos estratégicos, estabelecer critérios de gestão baseados em eficiência e publicidade, e prever a adequação anual dos gastos aos limites fiscais, demonstrando um planejamento responsável e aderente às regras de finanças públicas.

Silvana Bezerra Miranda Silva
Vereadora **SILVANA BEZERRA MIRANDA SILVA**
Presidente da Comissão

Amanda Costa de Andrade
Vereadora **AMANDA COSTA DE ANDRADE**
Relatora da Comissão

Francisco Ronieiro Silva
Vereador **FRANCISCO RONIEIRO SILVA**
Membro da Comissão